

Público

08-11-2019

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 31885

Temática: Sociedade

Dimensão: 1156 cm<sup>2</sup>

Imagem: S/Cor

Página (s): 12

# Agência para a Coesão e DCIAP mais atentos aos fundos europeus

As duas entidades assinaram um protocolo de partilha de informação que vai agilizar a investigação sobre fraudes na obtenção de fundos comunitários, para as quais as instituições parecem mais sensibilizadas

## Crime económico Leonete Botelho e Mariana Oliveira

A Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C) e o Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) assinaram ontem um protocolo de colaboração que agiliza a troca de informação sobre operações apoiadas por fundos europeus e as entidades nelas envolvidas que estejam a ser investigadas pelo Ministério Público. A vigilância sobre a atribuição e destino dos fundos comunitários tem aumentado nos últimos anos, e este protocolo, que também prevê acções de formação conjuntas e recíprocas, é a formalização de uma colaboração que já é hoje bastante próxima.

“Queremos dar um sinal de que estamos atentos e a conjugar esforços para combater uma criminalidade que prejudica todos”, disse ao PÚBLICO o director do DCIAP, Albano Pinto. “Não podemos aceitar o enriquecimento que tem sido criado à custa da União Europeia e com prejuízos para todos nós”, realça o procurador. Para o presidente da AD&C, António Costa Dieb, esta vigilância da justiça sobre os fundos comunitários, “ao contrário do que alguns pensam que está a pressionar os fundos, está na verdade a credibilizá-los”.

O responsável pelo departamento do Ministério Público especializado no combate à criminalidade complexa e altamente organizada diz que este protocolo constitui “uma resposta a uma necessidade de evolução”, que vai permitir agilizar a comunicação entre as duas entidades e tornar mais eficaz a investigação de fraudes com fundos comunitários.

Uma realidade que se tem tornado mais visível, não porque existam hoje mais fraudes, mas porque há mais vigilância e trabalho de investigação em fases mais precoces dos processos, como explicou ao PÚBLICO o presidente da estrutura que gere os fundos europeus estruturais e de investimento em Portugal em todas as suas fases.

“Não há qualquer sinal que permita dizer que a situação de regularidade



Não há mais fraude, há mais percepção do risco, diz responsável

de no acesso aos fundos é melhor ou pior do que antes. Portugal continua a ser um dos países europeus que têm os mais baixos índices de irregularidades”, afirma António Dieb. O que mudou, assegura, foi a experiência das equipas técnicas “que começam a detectar irregularidades mais cedo, a perceber melhor os contextos e os sinais”, e por outro lado a maior preocupação com as fraudes a nível das instituições e da opinião pública.

“Há, de facto, uma maior percepção do risco e uma muito maior preocupação com as fraudes que nos tem levado a melhorar procedimentos que começam a montante, sobretudo na prevenção e detecção, para que as coisas corram bem desde o princípio”, sublinha. Por isso “é natural que estejamos a assistir a cada vez mais operações, não é a detectar mais, mas a detectar mais cedo”, esclarece.

### Casos de sucesso

O director do DCIAP sublinha a importância da colaboração da agência em dois casos: a investigação da compra das golas antifumo e a Operação *Inovar* um caso de fraude com fundos europeus que tinha 73 arguidos em Maio e deverá ter acusação em breve. No caso das golas, que deu origem à demissão do secretário de Estado da Protecção Civil, um dos arguidos do caso, investiga-se a forma como decorreu a polémica compra de 70 mil golas antifumo que custaram à Protecção Civil mais de 125 mil euros e ainda a aquisição de 15 mil kits de autoprotecção, que custaram quase 203 mil euros, ambos financiados com fundos europeus.

Já no centro da Operação *Inovar* está um esquema desenvolvido por um advogado de Leiria que criaria empresas em Portugal e na Alemanha com o intuito de produzir facturas fictícias que suportavam candidaturas a fundos comunitários. Há casos de sobre facturação de equipamentos e outros de aquisições totalmente fictícias, em múltiplas candidaturas que num conjunto terão lesado o erário público em mais de 15 milhões de euros. O esquema era semelhante ao usado por um empresário natural de Santo Tirso e residente em Fomalicaço, detido em Dezembro passado, que

terá conseguido aprovar apoios no valor global de 20 milhões de euros em fundos europeus, 2,7 milhões dos quais foram efectivamente pagos.

Pelo protocolo agora celebrado, a AD&C e o DCIAP reforçam a partilha de informação, para que entidades que sejam consideradas de risco possam ser acompanhadas com mais atenção ou até excluídas das candidaturas. “Os nossos sistemas de informação são cada vez mais centralizados, há um esforço enorme da nossa parte em aperfecionar a informação de que dispomos. Trata-se de informação detalhada sobre as entidades candidatas em todos os seus elementos – pessoas, corpos sociais, fornecedores, documentos utilizados, o fluxo financeiro”, afirma. Tudo “sempre no mais rigoroso resguardo e sigilo das entidades”, sublinha António Dieb.

A colaboração passa ainda pela afectação de recursos da agência ao DCIAP e PJ. Neste momento há oito auditores da AD&C no Ministério Público, três a tempo inteiro e cinco em *part-time*, que trabalham sob orientação do DCIAP, em absoluto sigilo. “A Agência não tem competências de investigação, pelo que todo este trabalho acontece em absoluto sigilo. Não sei o que andam a investigar”, diz o presidente da AC&D.

Nenhuma das duas entidades consegue dizer quantos são hoje os processos-crime em curso por fraude com fundos comunitários. No âmbito do Portugal 2020, há uma centena de processos judiciais em curso, mas nem todos são de fraude na obtenção dos fundos, pois também há processos cíveis, relativos a devoluções de dinheiro e execuções fiscais contabilizadas neste universo.

Do lado do Ministério da Justiça, os dados dizem respeito aos processos-crime de fraude na obtenção de subvenção, subsídio ou crédito bonificado, ou do seu desvio, que chegaram a julgamento, universo que vai muito para além dos fundos comunitários. Entre 2014 e 2018, houve um total de 74 processos que chegaram àquela fase, com 270 arguidos, dos quais 144 foram condenados.

leonete.botelho@publico.pt